



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

ORDEM PATRIARCAL DE GÊNERO E RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO

Lesbofobia e sua apreensão na produção científica em Serviço Social.

Caroline Remedi¹
Sandra Lourenço de Andrade Fortuna²

Resumo:

A presente pesquisa é resultado de um trabalho de Iniciação Científica realizado em 2021 tendo por objetivo verificar como a lesbofobia é analisada na produção científica no Serviço Social brasileiro. Para tanto, foram elencados os seguintes descritores: lésbicas, lesbianidade, lesbofobia, homoafetividade, homossexualidade, homofobia, heteronormatividade, orientação sexual, violência e gênero, com a finalidade de pesquisá-las nas revistas e periódicos do Serviço Social, classificadas com nota Qualis A pela Capes, sua quantidade e o conteúdo de artigos publicados entre os anos de 2017 e 2020. Os resultados apontaram para a escassez de discussão sobre lesbofobia na produção científica do Serviço Social brasileiro.

Palavras-chave: Direitos Humanos, lesbianidade, lesbofobia, orientação sexual.

Abstract: The present research is the result of a Scientific Initiation work conducted in 2021 aiming to verify how lesbophobia is analyzed in the scientific production of Brazilian Social Work. For this, the following descriptors were listed: lesbians, lesbianity, lesbophobia, homoaffective, homosexuality, homophobia, heteronormativity, sexual orientation, violence and gender, in order to research them in the journals and periodicals of Social Work, classified with Qualis A grade by Capes, their quantity and the content of articles published between the years 2017 and 2020. The results pointed to the lack of discussion on lesbophobia in the scientific production of the Brazilian Social Service.

Keywords: Human Rights, lesbianity, lesbophobia, sexual orientation.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua 2018, o Brasil é composto majoritariamente por mulheres, mais especificamente 51,7% da população. É sabido, também, que desta parcela surgirá um

¹ Estudante, Bacharelada em Serviço Social na Universidade Estadual de Londrina - UEL, caroline.remedi@uel.br

² Assistente Social, Professora Doutora Associada da Universidade Estadual de Londrina – UEL, e-mail: sanlou@uel.br



segundo segmento social de mulheres lésbicas e bissexuais que sofrerão lesbofobia, que é a categoria específica para o recorte de gênero dentro de homofobia.

Segundo o último relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB), do ano de 2019, intitulado como “mortes violentas de LGBT+”, “A cada 26 horas um LGBT+ é assassinado ou se suicida vítima de LGBTfobia, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais” (GGB, 2020, p.13).

Neste estudo, parte-se que do pressuposto das,

As homossexualidades, transexualidades e travestilidades são interpretadas [...] como experiências de vida que escapam à heterossexualidade e que por isto mesmo são marcadas pela discriminação, violências e violações de direitos em configurações sociais que se estruturam a partir da heteronormatividade. (IRINEU, 2019, p. 297)

Neste sentido, sabendo que o Serviço Social trabalha no âmbito dos Direitos Humanos e das políticas públicas também voltadas para mulheres lésbicas e bissexuais que sofrem ou sofreram violência, tais reflexões instigaram a presente pesquisa a seguir, no sentido de apreender como a lesbofobia se expressa na produção científica na área.

Pretende-se, a partir de tais estudos, compreender a categoria violência contra o segmento de mulheres lésbicas e bissexuais em casos de lesbofobia e seu posterior enfrentamento, tendo em vista a seguinte questão: como a lesbofobia é apreendida pelos pesquisadores no Serviço Social brasileiro?

2 MATERIAL E MÉTODOS

Tendo como objeto de estudo violência contra mulheres lésbicas, o objetivo geral desse trabalho é verificar como a lesbofobia é analisada na produção científica no Serviço Social brasileiro; e como objetivos específicos, identificar as problematizações sobre lesbofobia analisadas na produção científica no Serviço Social; conhecer as matrizes de análise das categorias centrais de análise utilizadas nos estudos em questão; e compreender os elementos centrais da produção científica no Serviço Social brasileiro no tocante à lesbofobia.

Trata-se, de um estudo qualitativo, por meio de pesquisa bibliográfica de artigos científicos publicados em periódicos extratificados como Qualis A na classificação de 2019, referentes à área do Serviço Social.

Os materiais selecionados para o processo de coleta de dados foram artigos publicados em revistas acadêmicas de abrangência nacional, sendo elas: Serviço Social & Sociedade, Katálisis e Temporalis, revistas destinadas à publicação de artigos científicos no



âmbito do Serviço Social e áreas afins. O recorte temporal neste estudo, deu-se entre o período de 2017 a 2020.

Para este trabalho, foram elencados os seguintes descritores: lésbicas, lesbianidade, lesbofobia, homoafetividade, homossexualidade, homofobia, heteronormatividade, orientação sexual, violência e gênero, com a finalidade de pesquisá-las nas supracitadas revistas e periódicos do Serviço Social, classificadas com nota Qualis A pela Capes, assim como a quantidade e o conteúdo de artigos publicados nos respectivos períodos.

A filtragem das palavras chaves foi realizada em três fases:

O Filtro 1 correspondeu à seleção dos artigos que contemplavam as palavras chaves no título ou que, mesmo sem contemplá-las no neste, talvez correspondessem à temática da discussão proposta no corpo do artigo.

O Filtro 2 foi aplicado nos artigos selecionados no Filtro 1 e selecionados exclusivamente os que possuíam as palavras chaves no título ou corpo.

O Filtro 3 correspondeu à leitura e análise qualitativa dos artigos selecionados na Filtragem 2. Nesta fase, além de compreender o arcabouço teórico utilizado para discussão das temáticas, também filtra-se quais de fato abordam a categoria lesbofobia e como se dá a compreensão desta pelos autores.

O aporte teórico elencado para apreensão dos fenômenos da realidade apresentados nessa pesquisa, foram em convergência ao Método Histórico-dialético de Marx, a partir da leitura e embasamento de autores e pesquisadores críticos, como partes do livro “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” de Friedrich Engels (1884), “Gênero em debate” de Samara, Soihet e Matos (1997).

Além dos acima mencionados, referências bibliográficas de autores da tradição marxista também foram utilizadas, como Cisne e Saffioti.

3 LESBOFOBIA E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO

Na produção de Engels podemos encontrar uma farta cronologia do processo de construção social da utilidade da família para a sociedade de classes. No livro em questão, o autor aborda em detalhes e críticas o modelo que sustenta papéis dos sujeitos, baseados no sexo biológico e quais ações, comportamentos e expressões sexuais e/ou subjetivas são consideradas “virtuosas” e funcionais à produção e reprodução do status quo do Estado, Família e Propriedade Privada.



Nesse sentido, o sujeito que não cumpre o papel social designado ao nascimento com base em seu sexo biológico, sofre impactos negativos de rejeição, sanções e discriminação pelas instituições que sustentam o atual Modo de Produção, que o irão atacar como uma espécie de “inimigo”; iniciando pela instituição Família:

Onde a família está intimamente unida, não vemos hordas se formarem[...] Para que surja a horda, é necessário que os laços familiares se tenham relaxado e o indivíduo tenha recobrado sua liberdade[...] nessa classe o indivíduo não é absorvido pela família [...] Assim, pois, a consciência coletiva da horda não pode ter em sua origem um inimigo maior do que a consciência coletiva da família. (ENGELS, 1884, p. 42-43)

A estrutura de divisão da vida social pautada no sexo do sujeito reproduz condições de violência do homem (macho) contra a mulher, estruturas funcionais de monogamia e heterossexismo. Condições estas ideais para a manutenção do Estado em suas múltiplas faces de complexidade estruturada.

Engels (1884) seguirá argumentando que com o avanço para as sociedades modernas, os papéis sociais passam por uma remodelação, onde “[...] uma atividade tão variada já não podia ser realizada por um só indivíduo.” (Engels, 1884, p.219-220). Assim ocorre, com o constante aumento da produção, uma nova formatação da divisão social do trabalho, introduzindo a sistema de classes e fazendo a transição para a propriedade privada, conjuntamente enquanto ratifica os papéis das relações sociais de sexo, heteronormatividade e monogamia.

A nova divisão do trabalho acarretou uma nova divisão da sociedade em classes. A diferença de riqueza entre os diversos chefes de família passou a destruir as antigas comunidades domésticas comunistas[...] para a propriedade privada[...] paralelamente à transição do casamento pré-monogâmico para a monogamia. A família individual começou a assumir o papel de unidade econômica da sociedade. (ENGELS, 1884, p.221-222)

Dentro da perspectiva crítica Samara, Soihet e Matos (1997) trarão suas considerações a respeito das relações sociais de sexo e gênero no contexto do capitalismo moderno, bem como, a forma como a ida das mulheres ao mercado de trabalho, e modificações dos até então estabelecidos papéis de gênero, dentro da divisão sexual do trabalho, impactam as estruturas da instituição Família e sua utilidade para o Estado.

[...] nas sociedades capitalistas modernas a maior necessidade da força de trabalho feminina dentro e fora das casas provocou tensões que afetaram a estrutura das famílias[...] modificando inclusive a imagem que as mulheres tinham de si próprias. (SAMARA, 1997, p.18)

O capitalismo industrial se intensifica e remodela as relações de sexo dentro da organização sexual e social do trabalho, rearranja as formas de execução do trabalho e se apropria, também, desta nova forma de espaço de trabalho no qual a mão de obra feminina se inclui.

Diante da binaridade do trabalho destinado ao homem vs mulher, feminino e masculino, doméstico e industrial que foram pautados sob um ideário de “naturalização” estereotípica dos papéis sexuais dentro da divisão social do trabalho, fez-se necessário



durante o séc. XIX a criação de uma nova categoria de análise para pensar essa correlação. Assim, dizem as autoras, emerge a categoria “gênero”.

Na mesma perspectiva crítica e de retomada histórica da utilização do conceito de gênero as autoras Julião e Dutra trazem que “Em geral, a divisão sexual do trabalho opera como uma divisão social que destaca a hierarquia do trabalho do homem sobre a mulher e a distinção entre o que é trabalho de homem e o que é trabalho da mulher.”(JULIÃO; DUTRA, 2020, p.207).

A partir da divisão sexual do trabalho, de acordo com as autoras marxistas, é possível afirmar desdobramentos dos comportamentos sociais da divisão sexual do trabalho. É o que socialmente chamarão de “gênero” ligados aos papéis funcionais dos sujeitos:

[...] a polarização do binário (homem e mulher) é oriunda das relações sociais que se constituem pela própria divisão sexual do trabalho, seja ele reprodutivo ou produtivo, é interpretada pela sociedade capitalista como forma de justificar diferenças naturais entre os corpos, além de classificá-las e sistematizá-las. Assume, portanto, uma forma naturalizada em que as variações biológicas, ou seja, os sexos (macho e fêmea), passam a ser tratadas como produtoras de gênero[...] Desta forma, ao falamos em divisão sexual do trabalho é mister observarmos o sistema binário e excludente em que estamos inseridos, o qual, a priori, considera basicamente a existência apenas de (homens e mulheres) cisgêneros e heterossexuais, tornando invisível todas as outras identidades de gênero e sexualidades. (JULIÃO; DUTRA, 2020, p.209)

Samara, Soihet e Matos (1997) entendem criticamente o conceito destinado a demonstrar os comportamentos sociais. Pois “gênero” deriva de uma falsa justificava que ratifica a ideia de que, baseando-se no sexo biológico, o sujeito terá tendências comportamentais e certos tipos de pré-disposições a tarefas específicas, sendo que

Para as mulheres trabalhadoras nessa hierarquia, classe e gênero atuam como mediadores e também categorias restritivas. Por essa razão, a terminologia necessária para descrever o trabalho feminino, tem que ir além e criar definições mais amplas de classe que para os homens. (SAMARA, 1997, p.37)

Para as feministas à época, elucida Samara (1997), o termo “gênero” era utilizado mais no sentido literal, para citar as relações sociais entre os diferentes sexos biológico, e que eram implícitos no termo “sexo”. Porém, algumas vertentes epistemológicas que se seguiram, passaram a utilizá-lo de forma a legitimar, intencional ou não intencionalmente, o determinismo biológico.

Nesse sentido, seguindo pela interpretação crítica do Método em Marx, Samara, Soihet e Matos (1997) entendem que

[...] gênero é uma construção social e cultural sustentada pela diferença do feminino e do masculino. Sendo assim, a relação entre os sexos não é, portanto, um fato natural, mas sim uma interação social construída e remodelada incessantemente, nas diferentes sociedades e períodos históricos. (SAMARA, 1997, p.39)

Desta forma, durante a história da luta de classes, o papel que coube às mulheres desempenhar, foram os de trabalhos e cuidados do lar, família e manutenção da vida, dentro da esfera privada, enquanto ao homem cabia a vida pública, de providência fora do lar.



O papel de social atribuído à mulher a partir da divisão sexual do trabalho, trazem outros requisitos limitantes à sua subjetividade, esperando que a este gênero se atribua naturalmente características como “piedade, pureza, submissão e domesticidade” (SAMARA, 1997, p.41), independente do grau de hierárquico de parentesco que a mulher ocupa. Assim, como definido, pelas autoras “[...]o espaço doméstico é o local por excelência onde se instala a ‘cultura da opressão feminina’ [...] e se traduziam em mãe, filha e esposa. Assim, fica clara a vinculação intrínseca entre a história das mulheres e da evolução da família.” (SAMARA, 1997, p.41).

Em consonância à crítica, Soieht (1997) virá dizer durante a história da epistemologia social em relação às mulheres, os pensadores pensaram a categoria como homogênea em relação à feminilidade, e papéis sociais de maternidade, docilidade e submissão. Assim, nos anos 70 punha-se o paradigma de binarização supostamente científica de “homem” versus “mulher”.

O movimento feminista posteriormente passa a repensar o entendimento acerca da mulher e sua subjetividade, como mostra Soieht (1997), onde “[...] de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a uma outra em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades.”(SOIEHT, 1997, p. 57, grifos próprios).

Em síntese, dado o exposto pelas três autoras Samara, Soihet e Matos (1997) e por Engels (1884), é possível perceber diversas configurações de violências as quais a mulher será suscetível, a partir da simples identificação do seu sexo biológico no início de sua vida.

A mulher, assim, é propensa a viver tais manifestações de violência, tanto pela subjugação do valor de sua produção no campo das ideias e de seu trabalho concreto, quanto pela violência sofrida quando, partindo do rompimento dos padrões comportamentais esperados socialmente ao sexo, mulheres passam a sofrer violência: física, sexual, psicológica, patrimonial, entre outras.

Adentrando à temática da apropriação da sexualidade das mulheres na estrutura capitalista, temos que as mesmas normas e expectativas de papéis sociais sexo esperados das mulheres também espelham uma estrutura heteronormativa e patriarcal, apropriando-se do trabalho reprodutivo da figura feminina para manutenção dessa sociabilidade. Em concordância, expressa Silva:

Como se fosse uma determinação biológica, a heterossexualidade é naturalizada pelas relações patriarcais de gênero, normatizando e ordenando o modo pelo qual os sujeitos vivenciam e expressam a sua sexualidade ou não.

Nessas circunstâncias, na sociabilidade do capital, a diversidade humana é, então, posta em xeque pelas relações hetero-patriarcais de gênero imbricadas na dinâmica das relações étnico-racial e de classe.

À produção e reprodução sociais, nessa formação social, cabe a função de assegurar a manutenção e da perpetuação dos interesses heteropatriarcal-racista-capitalista. (SILVA, 2019, P.184, grifos próprios)

Em resumo, quando se pensa a respeito da lesbianidade, fala-se, automaticamente em mulheres que rompem parte importante das expectativas sociais de sexo e gênero:



1. No âmbito da heteronormatividade – São mulheres que se relacionam exclusivamente com outras mulheres, desvincilhando-se do modelo de família heteronormativa socialmente aceita e esperada.

2. Com fundamental papel na reprodução e produção do capitalismo, também correlacionado ao tópico 1, há de se considerar, os papéis sociais da maternidade, atribuído como característica “intrínseca” das mulheres. No caso do universo selecionado das mulheres lésbicas, ao não possuírem um parceiro sexual tradicionalmente heteronormativo, a mulher passa a ter mais autonomia da escolha da maternidade ou abstenção desta. Sobre tais relações sociais de sexo, expressa Alves:

Foi preciso pensar o trabalho a partir do mundo das mulheres para que a compreensão das relações sociais no capitalismo transbordasse a perspectiva clássica do trabalho como produção de valor, incluindo a reprodução dos seres humanos e sua socialização (a família) como esfera também produtiva — embora não produtora de mais-valia. (ALVES, 2018, p. 275-276, grifos próprios)

Ao romper o status quo, voluntaria ou involuntariamente, as mulheres lésbicas sofrem duas vezes as diversas categorias de violência que mulheres sofrem. As primeiras expressões de violência sofridas pelas mulheres lésbicas, advém do próprio fato de serem mulheres na sociedade: a misoginia.

Se expressarão nas configurações de violência já trazidas anteriormente em que a mulher é culpabilizada pela agressão sofrida por não cumprir com o ideal de feminilidade e seus “papéis de gênero”: “[...] passiva, sentimental, submissa ao homem” (Vieira apud EINHARDT, 2020, p.367).

A segunda expressão advém relacionada à punição de sua sexualidade, quando há manifestação de violência física, sexual, psicológica, patrimonial, entre outras motivada pela orientação sexual dessas mulheres, então, toma-se a categoria lesbofobia para análise da realidade dessa mulher, uma vez que a ação punitiva foi tomada com base em sua expressão de sexualidade que rompe as expectativas “heteronormativas-patriarcais-capitalistas” desenvolvidas para essa mulher desempenhar.

4 RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os resultados e contribuições esperadas com a realização desta pesquisa referiram-se às análises que poderão agregar forças à produção científica sobre lesbofobia e o Serviço Social. Nesta mesma direção, os estudos traçados ao longo deste trabalho visaram sustentar a reflexão teórico-metodológica no tocante à transversalidade das relações patriarcais de sexo, particularmente no campo da diversidade sexual.

A partir da leitura e reflexão de “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” de Friedrich Engels (1884), “Gênero em debate” de Samara, Soihet e Matos (1997)



e demais artigos de periódicos, foi possível perceber que há de fato uma construção histórica e estratégica dos papéis sociais pautados na diferença sexual dos indivíduos.

Os papéis sociais servem funcionalmente à manutenção e reprodução da ordem social (status quo) capitalista em sua complexa formatação. Nesse sentido, sendo inerente à estrutura, há a apropriação e interesse social capitalista na manutenção das divergências sociais dos papéis, exploração e violências contra a mulher lésbica.

Em matéria de pesquisa bibliográfica, foram pesquisados os descritores³ selecionados nas publicações de artigos das três principais Revistas Científicas do Serviço Social qualificadas como Qualis A (Capes), entre os anos de 2017 e 2020.

Para a realização da seleção e análise dos artigos, foram realizadas três fases de filtragem. Sendo que delas:

O Filtro 1 correspondeu à seleção dos artigos que contemplavam as palavras chaves no título ou que, mesmo sem contemplá-las neste, o título indicasse possível correspondência à temática da discussão.

O Filtro 2 foi aplicado nos artigos selecionados no Filtro 1 e selecionados exclusivamente os que possuíam as palavras chaves no título ou corpo.

O Filtro 3 correspondeu à leitura e análise qualitativa dos artigos selecionados na Filtragem 2. Nesta fase, além de compreender o arcabouço teórico utilizado para discussão das temáticas, também filtrou-se quais de fato abordam a categoria lesbofobia e como se dá a compreensão desta pelos autores.

Com relação à Revista *Temporalis*, obtivemos que as edições da Revista entre os anos de 2017 e 2020 possuem um total de 119 artigos publicados, dos quais, pela filtragem 1 e 2, 6 artigos contemplaram as palavras chaves elencadas. O total das duas primeiras fases, corresponde a 5% dos 119 artigos.

Na filtragem 3, verificamos uma vasta contribuição nas discussões que envolvem gênero, relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho relacionado aos campos ocupados pelo Serviço Social.

Também é possível observar em parte deles contribuições específicas sobre diversidade sexual e demandas da comunidade LGBT + para com as políticas públicas e sociais.

³ Descritores chaves elencados para a presente pesquisa: lésbicas, lesbianidade, lesbofobia, homoafetividade, homossexualidade, homofobia, heteronormatividade, orientação sexual, violência e gênero



No entanto, apenas a na edição nº37 de 2019, é apresentada uma breve abordagem ao tema da lesbofobia, não sendo o objeto principal do artigo selecionado.

Em conclusão, do total de 119 artigos publicados, 5% passaram para segunda fase de filtragem e apenas 1 artigo (0,96%) contemplava de forma não integral a discussão de lesbofobia, demonstrando baixa produção do conhecimento acerca do tema durante o período elencado na Revista Temporalis.

Seguindo ao que compete os dados coletados nas edições da Revista Katalysis, entre os anos de 2017-2020, obteve-se que essa apresentou um total de 206 artigos publicados, dos quais, pela filtragem 1 e 2, três artigos contemplaram as palavras chaves elencadas. O total das duas primeiras fases, corresponde a 1,45% dos 206 artigos.

Na filtragem 3, verificamos uma vasta contribuição nas discussões que envolvem gênero, relações sociais de sexo e atuação profissional do assistente social em meio ao cenário de retirada e ataque aos direitos sociais das mulheres e comunidade LGBT.

Também é possível observar em parte deles contribuições específicas sobre diversidade sexual e demandas da comunidade LGBT + para com as políticas públicas e sociais.

Na edição de 2018/ v.21 n.3, constatou-se que o documento que apresentava significativas palavras-chaves do presente objeto de pesquisa, na realidade se tratava de um Editorial de apresentação da edição da revista, e quais as importâncias e impactos esperados com as publicações nela presentes. Em outras palavras, não era um artigo científico, mas mencionava a questão de diversidade sexual e relações de gênero.

Nos demais artigos foi possível notar contribuições e arsenais teórico-metodológicos que conversam com a temática de lesbofobia e seu trato pelas políticas sociais, mas não contemplavam a discussão no aprofundamento em matéria de produção do conhecimento em Serviço Social.

Em conclusão, do total de 206 artigos publicados pela Revista Katalysis, entre os anos de 2017 e 2020, 1,45% passaram para segunda fase de filtragem, sendo que na terceira fase, zero artigos (0%) contemplavam a produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro sobre lesbofobia, demonstrando baixa produção científica acerca do tema durante o período elencado.

A última Revista analisada foi a Serviço Social & Sociedade, que durante o mesmo período apresentou um total de 111 artigos publicados, entre os anos de 2017 e 2020, dos



quais, pela filtragem 1 e 2, onze artigos (9,9%) contemplaram as palavras chaves elencadas.

Na filtragem 3, verificamos uma vasta contribuição nas discussões que envolvem gênero, relações sociais de sexo, violência intrafamiliar e violência doméstica, diferentes matrizes teórico-metodológicas e feminismo como contribuição para embasamento científico.

Ademais, faz-se importante elencar que para a presente revista, a edição nº132 do ano de 2020 tratou-se de uma edição especial dedicada exclusivamente ao debate sobre gênero e relações sociais de sexo, onde todos os artigos contemplavam de alguma forma a questão da mulher na sociedade contemporânea.

Cem por cento das publicações (8 artigos) da edição nº 132/2020 contemplavam as palavras chaves tanto da Filtragem 1, quanto na filtragem 2. Porém ao passarem para a análise qualitativa (Filtragem 3), verificou-se que nenhum (zero) artigo contemplava a questão da mulher lésbica vítima de lesbofobia, ou a problematização da temática em si em tais publicações.

Em síntese, do total de 111 artigos publicados pela revista, entre os anos de 2017 e 2020, 9,9% passaram para segunda fase de filtragem, no entanto zero artigos contemplavam a produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro sobre lesbofobia durante o período selecionado, demonstrando baixa produção científica acerca do tema nos últimos anos.

O total de artigos publicados em todas as edições analisadas totalizam 436 artigos, sendo que 20 deles (4,58%) passaram para as fases 1 e 2 de análise e apenas 1 artigo (0,22%) contemplava a discussão de lesbofobia de forma breve e não em sua totalidade.

Dos 20 artigos analisados também foi possível identificar diferentes abordagens teóricas para embasamento, dos estruturalistas, como Marxistas, Saffioti, Cisne, Falquet, à pós-estruturalistas como Foucault, Butler, Crenshaw, até vertentes próximas à Teoria Queer.

Com exceção de alguns autores como Cisne, que possuem sua crítica estritamente formada na análise de tradição marxista, inclusive para discussão da temática de opressão à diversidade sexual e relações sociais de sexo e gênero, pôde-se perceber uma leve tendência de os autores embasarem as críticas dos artigos em referenciais pós-estruturalistas quanto mais próximos da temática LGBTQ+ eles estavam.

Adentrando o montante de artigos analisados e a quantidade dos que de fato abordavam lesbofobia, tem-se que a ausência de dados denuncia uma irrisória produção do



conhecimento acerca da temática violência contra a mulher lésbica no Serviço Social. Tal fato, pode afetar a base sólida dos pilares fundamentais do profissional do Assistente Social: seu arsenal teórico-metodológico, que resbalará na fragilização dos fundamentos ético-políticos de luta e resistência contra minorias, afetando também sua capacidade crítica técnico-operativa de compreensão da totalidade social em que seus usuários estão inseridos, em especial, as usuárias lésbicas em situação de violência lesbofóbica.

Os presentes dados e análises trazidos por esta pesquisa não pretendem qualificar uma vertente melhor em detrimento de outras, ou encontrar “bodes-expiatórios” que justifiquem a baixa produção. Entende-se aqui que temas sensíveis como diversidade sexual e relações de sexo perpassam uma estrutura complexa de tensionamento político que por diversas vezes gera uma síntese com saldo negativo para a população que necessita de tais democratizações de acesso à informação.

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa foi demonstrar a latente necessidade de discussão e produção de informações científicas que permitam desvelar a realidade de mulheres vítimas de lesbofobia, em especial, fomentar que tais contribuições possam reaproximar-se de referenciais com o Método em Marx.

Por último, mas não menos importante, o presente artigo pretendeu instigar aos seus leitores, formar de refletir sua práxis profissional, convidando-os a aprofundarem-se e produzirem conhecimento acadêmico-científicos, bem como, intervenções práticas no que tange aos agentes de políticas públicas e sociais, no tensionamento das forças políticas em direção à ampliação de acesso e efetivação dos direitos humanos e proteção social das mulheres lésbicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALVES, Andrea Moraes; **PENSAR O GÊNERO: diálogos com o Serviço Social**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 132, p. 268-286, mai. 2018. Quadrimestral.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 2. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

EINHARDT, Amália; SAMPAIO, Simone Sobral. **Violência doméstica contra a mulher — com a fala, eles, os homens autores da violência**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 138, p. 359-378, mai. 2020. Quadrimestral.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado**. 4. Ed. LeBooks Editora. 2019.



JULIÃO, Helena Vicentini; DUTRA, Nayara Hakime. **DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO:** para além do gênero e do patriarcado. *Temporalis*, Brasília, v. 40, p. 201-214, jun. 2020. Semestral.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SILVA, Poliana Machado Gomes da; **ANTE À RADICALIZAÇÃO HETERO-PATRIARCAL:** RESISTÊNCIAS E POSSIBILIDADES ÉTICO-POLÍTICAS NO SERVIÇO SOCIAL. *Temporalis*, Brasília (DF), n. 38, p. 180-195, jul. 2019. Semestral.

MATOS, Maria I. S. de; SOIHET, Rachel; SAMARA, Eni de Mesquita. **Gênero em debate:** trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea. 1. Ed. São Paulo: EDUC, 1997.

IRINEU, Bruna Andrade. **Nas tramas da Política Pública LGBT:** Um estudo crítico da experiência brasileira (2003-2015). 1. Ed. Cuiabá: EduFMT, 2019.